

NOTAS SOBRE O CAPITALISMO MADURO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Mirela Máximo Bezerra Silveira; Maria Elyara Lima de Oliveira; Maria Rafaela de Oliveira; Maria Das Dores Mendes Segundo

Universidade Estadual do Ceará (mirela.bezerra2014@yahoo.com.br); Universidade Estadual do Ceará (elyaraoliveira10@gmail.com); Universidade Estadual do Ceará (rafaoliveira800@gmail.com); Universidade Estadual do Ceará (mariadores.segundo@uece.br).

RESUMO: O modo de produção capitalista possui características diversas daquelas assumidas nos modos de produção anteriores a ele. Neste trabalho, buscamos fazer um paralelo dos aspectos ideopolíticos do capitalismo, no estágio mais avançado e a expansão do ensino superior no Brasil, pautado em autores da perspectiva crítica marxista. A opção metodológica para desenvolver este trabalho foi pelo método do Materialismo Histórico e dialético, por se tratar de um método que busca apreender a estrutura e dinâmica do objeto pesquisado. O instrumento utilizado foi a revisão de literatura de autores como, Marx e Engels, Mészáros, Libâneo, Oliveira e Toschi, Dermeval Saviani, dentre outros. A grande indústria é considerada por Marx e Engels (2009) como a fase madura do capitalismo, na qual se intensificam o processo de globalização de mercadorias, articuladas à introdução de maquinários na produção industrial, aprofundando a grande divisão internacional do trabalho. Neste contexto, o processo de acumulação de capital, desencadeia-se em crise estrutural, adotando, nesta via, o ideário neoliberal para reconfiguração das relações entre os complexos sociais, cujo viés mercadológico deverá ser seguido por todos os ramos da sociedade, inclusive a Educação. Esta, no nível superior de ensino, vem assumindo diferentes personificações nas últimas décadas no Brasil, tais como, aumento de estudantes da modalidade EAD – Ensino a distância, aligeiramento dos cursos de formação em nível de graduação e precarização do ensino superior público. De pronto, estas posturas atuais vêm comprometendo a qualidade da educação superior e, conseqüentemente, a formação do professor. Os resultados mostram que, sob a recomendação dos organismos internacionais, os países pobres ou emergentes adotam uma educação comprometida com o ideário empresarial, no atendimento aos interesses do capital em crise.

Palavras-chave: Capitalismo; Globalização; Neoliberalismo; Educação Superior brasileira.

INTRODUÇÃO

No contexto do capital industrial¹ (globalização, mercado mundial, alta produtividade, sistema automático, alta concorrência etc.) os setores sociais, tendem a ser considerados pelas suas conseqüências econômicas. O setor educacional, também foi inserido nesta lógica. Basta-nos ver a educação sendo tratada como produto de compra e venda, portanto, negociada, barateada, moldada às necessidades do cliente.

¹ Outros termos também são sinonimamente utilizados, tais como, Terceira Revolução Industrial, Revolução Científica e Técnica, Revolução Informacional, Revolução Informática, Era digital, Sociedade técnico-informacional, Sociedade do conhecimento ou, simplesmente, Revolução tecnológica (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012).

A Educação², instrumento de luta pela transformação social, dotado de potencialidades capazes de atuar na construção de consciências críticas e de modificação do *status quo* social, entrou com tamanha vivacidade e sem nenhum constrangimento para o Estado e para os grandes empresários, na “roda viva” do mercado e do ideário neoliberal. Destarte, o objetivo deste trabalho não é tão somente trazer à luz este fato, expô-lo, caracterizá-lo, mas, possibilitar reverberações acerca dos aspectos ideopolíticos que envolvem essa nova caracterização da Educação superior no Brasil e dos desafios postos à nossa frente.

Para chegarmos à discussão sobre a fase atual da sociedade do capitalismo e suas implicações na Educação, faz-se necessário percorrermos brevemente o caminho trilhado pela sociedade moderna no contexto da revolução tecnológica, especialmente demarcado por três momentos fortemente revolucionários e determinantes para o desenvolvimento da humanidade: a primeira, segunda e terceira revolução científica (ou tecnológica).

Nos meados do século XVIII o mundo moderno vivenciou a primeira Revolução Científica, marcada sobretudo pela substituição da força humana pela energia e máquina a vapor. No campo educacional, essa fase demandou qualificação simples por parte dos trabalhadores, a imposição estava em aprender o “controle do tempo, a disciplina, a fiscalização e a concentração dos trabalhadores no processo de produção” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p.71).

A segunda Revolução Científica, que ocorreu no início da segunda metade do século XIX, caracterizou-se “pelo surgimento do aço, da energia elétrica, do petróleo e da indústria química e pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 72). O trabalho assalariado ampliou-se de modo considerável e a produção em massa também. No campo educacional, a tendência era de aprendizagens padronizadas de ensino profissionalizante, as escolas, portanto, deviam se tornar técnicas para formar o operário-padrão.

No início da segunda metade do século XX, a sociedade ganhou nova configuração com o surgimento da microeletrônica, biotecnologia, robótica, informática, química fina, fibras ópticas, os *chips*, dentre outras tecnologias, aperfeiçoando e acelerando a forma de produção, de consumo e a forma de viver das pessoas. A supremacia da ciência e da tecnologia, tornou o mundo globalizado. A exigência no campo educacional passou a ser por qualificação dos trabalhadores, pois, a produção

² Nos referimos aqui, à Educação em sentido estrito. Esta, compreende a prática educativa deliberada. É, portanto, a Educação que “ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais” (LIBÂNEO, 2013, p.15).

tornou-se “automática, autocontrolável e autoajustável mediante processos informatizados, robotizados por meio de sistema eletrônico” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p.72). Eis a terceira Revolução Científica e Tecnológica; é dentro desse contexto que doravante vamos discutir a sociedade e relacioná-la com o viés mercadológico do ensino superior no Brasil na contemporaneidade.

METODOLOGIA

Em relação à base teórico-metodológica, esta pesquisa se pauta no materialismo histórico-dialético “enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção de fenômenos e as contradições sociais” (MINAYO, 2012, p. 24).

Embasados no método marxiano, destacamos que é preciso partir da vida concreta e a ela voltarmos, com o intuito de transformá-la. Salientamos também que não devemos nos deter, unicamente, quanto ao aspecto interno, empírico do objeto a pesquisar, pois compreendemos, antes de tudo, que a realidade é um complexo constituído por complexos, estruturados e articulados. Procuramos, portanto, apreendê-los, alcançá-los ao máximo possível.

Neste processo, os instrumentos de pesquisa selecionados foram, a análise bibliográfica e documental, que têm, ambas, a função de apreender a realidade por meio da teoria. Na busca de tentarmos capturar a realidade na sua estrutura e sua dinâmica.

A análise – ou revisão – bibliográfica, nos permitiu apreender a realidade a partir da teoria, que é uma “modalidade peculiar do conhecimento [...] Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal*” (NETTO, 2011, p.20, grifos do autor). Para tanto, recorreremos aos seguintes autores: Karl Marx e Friedrich Engels, Dermeval Saviani, István Mészáros, Frigotto, Libâneo, Oliveira e Toschi, dentre outros.

A SOCIEDADE GLOBALIZADA NO SÉCULO XXI

Neste tópico, objetivamos caracterizar a sociedade contemporânea no contexto da terceira Revolução Científica e Tecnológica e do fenômeno da globalização, situando especificamente a realidade do Brasil nessa conjuntura.

Citamos acima um fato novo típico da terceira fase do capitalismo: a globalização. Convém, pois, discorrer sobre ele trazendo inicialmente um fragmento de *A ideologia alemã*, no qual Marx e Engels já no século XIX se referiam a este fenômeno (da globalização) como sendo “a existência empírica concreta dos homens no plano *histórico-mundial* em vez de no plano local” (2009, p.51). E acrescentam:

[...] só com esse desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio *universal* dos homens, que por um lado produz o fenômeno da grande massa “destituída de propriedade” em todos os povos ao mesmo tempo (concorrência geral), tornando todos eles dependentes das revoluções uns dos outros e, por fim, colocando indivíduos empiricamente universais, indivíduos *histórico-mundiais*, no lugar dos indivíduos locais (2009, p.51).

Os autores, neste fragmento, fazem menção ao *intercâmbio mundial* (ou globalização) como condição *sine qua non* para o comunismo não existir apenas como algo local. No tempo histórico de que Marx e Engels se referem à existência dos homens num plano *mundial*, o fenômeno da globalização não tinha as feições, a sofisticação e as relações político-econômicas que existem atualmente. Entretanto, é sobre o mundo globalizado deste século, contemporâneo, que nos deteremos. Vejamos, pois, esta hodierna definição de globalização:

Esse termo sugere a ideia de movimentação intensa, ou seja, de que as pessoas estão em meio a acelerado processo de integração e reestruturação capitalista. Exatamente por isso, há quem diga que globalização é um conceito ou uma construção ideológica. De acordo com os estudiosos do assunto, nesse conceito esconde-se a ideologia neoliberal, segundo a qual, para garantir seu desenvolvimento, a um país basta liberalizar a economia e suprimir formas superadas e degradadas de intervenção social, de modo que a economia por si mesma se defina e seja criado, assim, um sistema mundial autorregulado (TOURAINÉ, 1996, apud LIBÂNIO *et al*, 2012).

A globalização, portanto, impõe ao Brasil, assim como a outros países ditos emergentes, uma postura que possibilite participar do andamento do “progresso econômico”, de modo que globalizando-se, podem vislumbrar sair das condições econômicas atrasadas nas quais vivem e acompanhar o ritmo avançado dos países chamados de primeiro mundo.

Mais à frente, em *A ideologia alemã*, Marx e Engels abordam os grilhões advindos da transformação da *história* em *história mundial*:

[...] é, sem dúvida, igualmente um fato empírico que cada um dos indivíduos, à medida que a atividade se alarga à escala histórico-mundial, fica cada vez mais escravizado sob um poder que lhe é alienado [...] um poder que se tornou cada vez mais desmedido e que em última instância se desvela como *mercado mundial* (MARX, ENGELS, 2009, p.54-55).

É no “poder desmedido”, citado pelos autores acima, que podemos identificar a atuação dos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização das

Nações Unidas, UNESCO etc.) quando traçam metas educacionais para os países pobres, viabilizando as ideias neoliberais.

É importante situar que, na esteira das deliberações da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), tendo o Brasil como um dos signatários da Declaração Mundial sobre Educação para Todos e do Marco de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, foi construído o Plano Nacional de Educação para Todos [...] (DOURADO, 2016, p.17-18).

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 43-44),

O raciocínio sistematicamente reiterado por agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial, é o seguinte: novos tempos requerem nova qualidade educativa, o que implica mudança nos currículos, na gestão educacional [...] A partir daí, os sistemas e as políticas educacionais de cada país precisam introduzir estratégias como descentralização, reorganização curricular das escolas, novas formas de gestão e de direção.

Um exemplo que nos parece pertinente citar, no qual é possível notar claramente este discurso de *necessárias e urgentes mudanças* para a educação brasileira, é a proposta atual de Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei 13.415/2017 e, respaldada pela 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (2017) para à Educação Básica. Essa mudança legislativa foi instituída inicialmente em caráter de Medida Provisória em setembro de 2016 (MP nº 746), o que já revelava a “emergência” de sua implantação.

Dentre suas disposições principais, temos a ampliação progressiva da carga horária anual letiva, bem como o estabelecimento de itinerários formativos a compor 50% do currículo do nível médio, a serem definidos a critério das escolas. Percebe-se a proposição de um modelo de ensino semelhante ao estadunidense de disciplinas optativas no Ensino Médio, assim como, de países europeus, dentre estes, Portugal.

Medidas como esta são justificadas pela máxima da necessidade de os países ditos pobres, ‘copiarem’ os mesmos projetos dos países “ricos”, sob pena de não se desenvolverem economicamente. Percorrendo ainda *A ideologia alemã*, encontramos uma passagem na qual os autores explicam esse fato:

É que cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela é obrigada, precisamente para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas (MARX, ENGELS, 2009, p. 69).

O discurso neoliberal busca cumprir a tarefa de difundir suas aspirações como se elas fossem comuns a todos, fazendo parecer que as necessidades de todas as pessoas são iguais, assim como seus anseios e realidades. E mais: tratam-se de discursos carregados de ideais de justiça e

liberdade, mas que, na verdade fazem pouco caso das realidades nas quais vivem as camadas pobres e miseráveis da sociedade.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O NEOLIBERALISMO NO SÉCULO XXI

Como dito anteriormente, a interligação entre os povos a nível de mundo (globalização), exerce fortes implicações, dentre outros setores, no Educacional. Este tópico, portanto, aponta as influências e determinações mundiais para a Educação Superior do Brasil.

Começamos por considerar que a história da Educação brasileira, de modo geral, revela um percurso marcado por lutas, disputas, avanços e retrocessos advindos das distintas concepções acerca do papel do “Estado e do planejamento, da relação entre os entes federados [...]. Perpassam essas concepções, distintas visões e posturas político-pedagógicas que se materializam em vários campos [...]” (DOURADO, 2016, p.11).

As concepções políticas e ideológicas que viabilizam as ações governamentais para a Educação nos últimos vinte anos no Brasil, têm um caráter desfigurado e amorfo, pois, apesar de o governo federal destes últimos anos, ideologicamente assumir uma postura de governo socialista e do povo, implantou projetos que trazem, implícita ou explicitamente, a vertente neoliberal³.

Peculiarmente a partir dos anos 2000, o liberalismo/capitalismo brasileiro, por meio do Estado, tentou conciliar o inconciliável, agradar a “gregos e troianos”, satisfazendo, de um lado, as necessidades da elite, dos empresários e, de outro, do povo, da grande massa de pessoas marginalizadas. Isto, por meio de projetos modernizantes, que, ora tinham feição de democracia social-liberal, ora de neoliberalismo de mercado.

Assistimos, por exemplo, que medidas não neoliberais (social democráticas) ganharam força durante esse período histórico-político brasileiro, tais como, a expansão dos movimentos grevistas, maior e melhor articulação e liberdade dos movimentos sindicais e sociais, e dos programas assistencialistas aos desempregados, além de projetos educacionais públicos.

Por outro lado, a ideologia política das últimas décadas, incorporou também medidas neoliberais de mercado, pois, incentivou com vigor o ensino voltado para as exigências/demandas do mercado, quando implantaram inúmeras escolas de ensino técnico-profissional, buscando a profissionalização em nível médio, em detrimento do ensino propedêutico. Esta medida, incentiva,

³Ideologia segundo a qual o mercado é visto como princípio fundador, unificador e autorregulador da sociedade. Projetos de desestatização, desregulamentação, e privatização também fazem parte da sua ideologia, além da desqualificação das políticas e serviços públicos.

sobretudo os alunos filhos dos trabalhadores, a ingressarem no ensino que não possibilita a ampliação do conhecimento e que os confinam a entrarem no mercado de trabalho logo no Ensino Médio.

Identificamos ainda, especificamente no Ensino Superior, outras características do neoliberalismo de mercado que foram incentivadas durante este período: o aumento da EAD, que incentiva o aligeiramento das formações, o distanciamento entre aluno/professor, dentre outras características; e o investimento por parte do próprio Estado nas universidades privadas através dos Programas de bolsas de estudo tendo como porta de acesso a nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Nestes casos, o capital é injetado no setor privado enriquecendo ainda mais os grandes empresários (enquanto isso, as universidades públicas estaduais carecem de cuidados, tornando-se, em sua grande maioria, cada vez mais sucateadas).

Neste contexto, cabe-nos fazer uma reflexão sobre o papel do Estado. Vejamos o que diz Paniago (2012, p.14):

Em termos gerais, segundo a abordagem marxiana do Estado, este, quer assuma ao longo do seu desenvolvimento a forma imperial, autocrática, democrática, constitucional etc. conserva sempre o caráter de força de dominação de classe, na sua dependência ontológica em relação à estrutura econômica social.

Sobre o Estado regulador e provedor da Educação, destacamos o aligeiramento dos cursos de graduação em licenciatura para a esfera pública, por meio do PARFOR, um plano do governo federal que merece reverberações, dadas as suas inúmeras contradições. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR foi implantado no ano de 2009 pelo decreto 6.755 com o intuito de formar, em nível de graduação/licenciatura os professores atuantes na rede pública municipal de ensino, que não possuem a formação adequada para a área na qual lecionam. Este, ainda está em fase de investigação porque se trata de um Programa novo, porém, as análises preliminares sobre o mesmo apontam para uma estrutura semelhante aos programas assistencialistas, que propõem medidas que são apenas paliativas, e não resolvem o problema em sua radicalidade.

Neste Programa de formação docente, as aulas ocorrem de forma condensada, diferentemente do ensino regular, no qual as aulas são diárias. No caso específico do PARFOR no interior do Ceará, as aulas acontecem nos finais de semana, o que nos leva a questionar sobre a qualidade do curso em termos de aprofundamento de conteúdo. Numa palavra: como permitir a apropriação do conhecimento historicamente construído, num percurso de tempo tão curto?

O cenário do Ensino Superior brasileiro nas últimas décadas, de um modo geral, aponta para o crescimento das matrículas na modalidade EAD, nas instituições particulares de ensino e em

opções de cursos que acontecem num tempo compacto. A ideia é a de que a “educação deve assumir a função de erradicar a pobreza, promover a paz, diminuir a contaminação por doenças epidêmicas e prover a estabilidade econômica nos países pobres do globo, dentre outras determinações” (SANTOS, MENDES SEGUNDO, FREITAS, *et al.* 2014, p.156).

Ao propagar esta ideologia, o neoliberalismo consegue fazer com que as pessoas sintam a necessidade de “correr contra o tempo” para se qualificarem. Assim, elas tendem a procurar cursos rápidos e práticos que deem *retorno com urgência*, sendo direcionadas a buscar os serviços privados porque entendem que lá existe qualidade, além de que elas próprias são responsáveis pelo seu progresso ou fracasso profissional e econômico. “Porém, a questão de vivermos numa sociedade de classes, de interesses antagônicos, na qual uns detêm os meios de produção, enquanto outros possuem somente a sua força de trabalho não é, em hipótese alguma, debatida” (SANTOS, MENDES SEGUNDO, FREITAS, *et al.* 2014, p.156).

Saviani (2008) denomina este fenômeno atual de Pedagogia da exclusão, pelo qual os indivíduos são convencidos de que são responsáveis pelo acesso e permanência no mundo do trabalho, devendo, pois, buscar qualificação, para merecê-lo; muito embora na realidade não haja espaço para todos, pois a realidade excludente na qual vivemos não permite esta condição. Porém, a ideologia apregoada pela Pedagogia da exclusão é a de “preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, tornarem-se cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos” (SAVIANI, 2008, p. 182).

Reiteramos, portanto, que a própria dinâmica do sistema é excludente e não oferece espaço para todos, principalmente com o advento da automação na indústria e nos serviços, que tem dispensado cada vez mais o trabalho humano.

NOTAS CONCLUSIVAS

Para retratar, embora que de modo sintético, a Educação Superior do Brasil nas últimas décadas, fizemos ao longo do texto um breve resgate histórico da sociedade desde a Modernidade, quando do advento da primeira Revolução Científica e Tecnológica até a terceira Revolução Tecnológica, ou seja, a atualidade.

Durante todo o percurso histórico pelo qual caminhou a humanidade, é notório e devemos reconhecer com glória, os triunfos da ciência e da tecnologia. Porém, não é do avanço da ciência em si que estamos tratando, mais profundamente buscamos questionar em que medida esse

processo “[...] afeta os seres humanos” (HUXLEY, 2009, p.15). Os artifícios do capital avançado e suas manobras parecem ter sido o guia que conduziu a humanidade – nas últimas décadas - muito mais do que qualquer outro “ente”. Especialmente o fenômeno da globalização, que é a inserção dos países no contexto político-econômico a nível mundial e do neoliberalismo que, na história do Brasil, ora se traduziu de forma explícita, ora de forma implícita.

Tratam-se de mudanças drásticas na cultura das pessoas, nas relações humanas e de trabalho, no surgimento de novas profissões ou, de novos trabalhos e de ramos especializados. Grosso modo, estas novas demandas não exigem dos indivíduos aprofundamento teórico, erudição, esclarecimento crítico da realidade, enfim, enfatiza-se impreterivelmente a quantidade e a aplicabilidade de saberes, que se encontram sedimentados na racionalidade pragmático-utilitarista, acarretando certa desqualificação nas formações.

A fase atual do capitalismo, portanto, é a mais contraditória em toda a sua história, pois, “pela primeira vez o aumento da produção está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho” (SCHWARZ, apud FRIGOTTO, 2003, p. 78).

À guisa de conclusão, concordamos com o filósofo István Mészáros (2011), quando define o momento atual da história como imerso numa profunda, universal, global, extensa e rastejante crise do sistema do capital. Neste sentido, novos contornos para “sair da crise”, surgiram, acarretando novas demandas para todos os setores sociais, inclusive para a Educação.

Os fenômenos sociais atuais - tratemos aqui dos do setor educacional - parecem estar de acordo com a prescrição citada por Huxley, em *Admirável mundo novo*, para o *amor à servidão*. Trata-se, como diz o autor, de “uma profunda revolução pessoal nas mentes e nos corpos humanos” (2009, p. 21) que devem se dar a partir de algumas invenções dos “administradores”, dentre elas, o condicionamento, o encaminhamento de “qualquer indivíduo ao seu devido lugar na hierarquia social e econômica” (2009, p. 22) e a padronização do produto humano.

No âmbito da Educação Superior, nota-se este condicionamento e padronização, por meio da intervenção do ideário neoliberal, este, resume-se “em última instância, no escoamento dos trabalhadores e seus filhos para os cursos superiores aligeirados, fragmentados, sequenciais, a distância, entre outros assemelhados” (SANTOS, MENDES SEGUNDO, FREITAS, *et al.* 2014, p.156).

A problemática reside na negligência em relação à qualidade da formação dos futuros profissionais, tratando a questão da formação para o exercício do magistério, com pouca seriedade.

Trata-se da formação, por exemplo, dos professores que atuam na rede pública de ensino, como no caso da demanda do Programa PARFOR.

A reflexão/conclusão a que chegamos é a de que, no presente momento não é possível vislumbrar qualidade na educação básica por meio da formação nos moldes em que ela acontece. O aumento do número de matrículas na modalidade EAD e nos cursos que têm formação aligeirada, também não dão bons indicativos, pois, as pessoas têm buscado cada vez mais a rapidez para se formarem e têm se preocupado menos com a verdadeira qualificação, importando assim, os títulos, em detrimento do conhecimento.

A ideia de que vivenciamos a “era do conhecimento” traz, falsamente, a compreensão de que nos dias atuais as pessoas são mais informadas e menos equivocadas, enfim, mais livres. No entanto, não se trata de conhecimento mais libertador e emancipador, se trata de inúmeras informações que são colocadas facilmente à disposição das pessoas sem o devido aprofundamento, incorporadas ilusoriamente. Urge, portanto, recuperar o verdadeiro sentido deste termo.

REFERÊNCIAS

DOURADO, L.F. **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.

DESLANDES, S.F. MINAYO, C.S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 2009.

LIBÂNEO, J.C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** – 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo - Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PANIAGO, M.C.S. **Marx, Mézáros e o Estado**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SANTOS, D. MENDES SEGUNDO, M.D. FREITAS, M.C.C. et al. **A política educacional brasileira e as diretrizes do programa Educação para todos: notas críticas** – Campinas, out. 2014 – n° 59, p. 152-156.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** – Campinas, SP, Autores Associados, 2008.